02 (duas) vagas para remoção por antiguidade na 3ª entrância: 7º PJ com Atribuições Gerais de Belém e 2º PJ de Registros Públicos, Resíduos, Casamentos e Cartas Precatórias de Belém.

01 (uma) vaga para promoção à 3ª entrância: 7º PJ com Atribuições Gerais de Belém (Merecimento).

11 (onze) vagas para remoção por antiguidade na 2ª entrância: 8º PJ de Diretos Constitucionais Fundamentais e Ações Constitucionais, Defesa da Probidade Administrativa e Fazenda Pública de Santarém; 5º PJ de Defesa Comunitária e da Cidadania de Castanhal; 10º PJ Cível de Santarém; 1º PJ Criminal de Castanhal; 7º PJ da Infância e Juventude e de Orfãos e Interditos, de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos de Castanhal; 4º PJ de Defesa Comunitária e Cidadania, da Infância e Juventude e dos Idosos de Santa Izabel do Pará; 2º PJ Cível de Redenção; 1º PJ Criminal de Altamira; 3º PJ da Infância e Juventude e de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos de Abaetetuba e; 2º PJ de Tucuruí.

01 (uma) vaga para promoção à 2ª entrância: 2º PJ Cível de Redenção (Antiguidade).

01 (uma) vaga para remoção por antiguidade na 1ª entrância: PJ de Curionópolis.

5. O que ocorrer.

O Exmo. Conselheiro, Dr. Hamilton Nogueira Salame, pediu a palavra e ponderou que alguns problemas técnicos ainda remanesçam, mas que apesar desse fato a pauta foi produtiva e foi ao encontro da expectativa dos colegas que estavam no aguardo do julgamento dos certames. Devido aos problemas técnicos relatados, sugeriu a aquisição e utilização de modens para que todos os Conselheiros tenham uma internet padronizada. O Exmo. Conselheiro finalizou dizendo que todos estão de parabéns pela realização da primeira Sessão virtual e histórica. Em seguida, o Exmo. Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr. Jorge de Mendonça Rocha, registrou sua imensa alegria em ter participado da Sessão histórica do CSMP, falou que o Conselho havia debutado com muita eficiência, apesar dos pequenos problemas técnicos que precisam ser reparados, uma vez que não se sabe até quando serão realizados os trabalhos de forma remota. O Corregedor-Geral do MPPA continuou a elogiar a Sessão e disse que foi muito produtiva por conta do julgamento de 12 (doze) certames de remoção e de 15 (quinze) processos extrajudiciais, o que mostra o interesse e preocupação do segundo grau com a adequação ao novo sistema de teleconferência. Pontuou que os Procuradores de Justiça não estão parados e estão sim trabalhando e produzindo durante esse período de "home office". Por fim, o Corregedor-Geral do MPPA parabenizou a todos os colegas que foram removidos e ao Procurador-Geral de Justiça pelo esforço em realizar a primeira Sessão por videoconferência. Logo após, a Exma. Conselheira, Dra. Leila Maria Marques de Moraes, também parabenizou a realização da Sessão por meio de videoconferência, disse que a pauta foi vencida de forma exitosa. A Exma. Conselheira aproveitou sua fala para destacar o trabalho do Exmo. Conselheiro Secretário, Dr. Waldir Macieira da Costa Filho, que envidou todos os esforços necessários para que a Sessão ocorresse. Ato contínuo, a Exma. Conselheira, Dra. Maria da Conceição de Mattos Sousa, também agradeceu por ter participado da primeira Sessão virtual do CSMP, estendeu seus votos de parabéns a todos que se empenharam na realização da Sessão. Em seguida, a Exma. Conselheira, Dra. Dulcelinda Lobato Pantoja, falou da sua satisfação de rever os colegas e do prazer de ter participado da mencionada Sessão virtual e histórica. Terminou a sua fala com agradecimento especial ao Procurador-Geral de Justiça e ao Conselheiro Secretário pela viabilização da realização da Sessão virtual e acabou ao parabenizar os Promotores de Justiça removidos e os vitaliciados. Logo após, o Exmo. Conselheiro Secretário, Dr. Waldir Macieira da Costa Filho, agradeceu aos Conselheiros, ao apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, ao comprometimento do Adriano Arruda, Diretor do Departamento de Informática, apesar dos pequenos ajustes técnicos que ainda precisam ser feitos. Agradeceu, ainda, a servidora da Secretaria do CSMP, Amanda Barros Luna, pela distribuição dos processos pautados e disponibilização dos votos aos Conselheiros, de forma antecipada, via e-mail. Lembrou também das servidoras Fátima Ghianna da Silva Sousa e Barbará Jassé Cunha pelo empenho ao ajudarem a formatar a apresentação online da Sessão. Por fim, terminou com agradecimento aos Conselheiros pela química e empenho na realização da Sessão. O Exmo. Conselheiro Secretário expôs sua emoção pela realização da primeira Sessão por videoconferência. Disse que tal adaptação à tecnologia digital será utilizada por outros setores do MPPA e isso possibilitará a diminuição de gastos. O Conselheiro Secretário terminou ao dizer que o encontro foi exitoso e desejou saúde a todos. Em seguida, o Exmo. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Gilberto Valente Martins, tomou a palavra e agradeceu aos colegas Conselheiros, Membros do Ministério Público do Estado do Pará e servidores que prestaram solidariedade à Ação Popular ajuizada de forma tendenciosa contra ele. O PGJ disse que o primeiro item da Ação diz que o Portal da Transparência do MPPA seria opaco, o que é uma inverdade uma vez que o CNMP avaliou todos os Portais do Brasil e colocou o nosso com uma pontuação de excelência, com a nota de 99.8%. Ponderou que o Portal da Transparência do MPPA atende a quase todos os 250 itens exigidos pelo CNMP. Disse que mesmo diante de todos esses dados, preocupou-se em oficiar ao Procurador-Geral da República, Dr. Augusto Aras, como presidente do CNMP, para que determinasse inspeção e nova aferição ao Portal da Transparência do MPPA e solicitou, também, ao Tribunal de Contas do Estado do Pará para que procedesse com a mesma aferição, uma vez que a mencionada Ação diz que o Portal do MPPA não traz a transparência necessária. O Procurador-Geral de Justiça pontuou que após as solicitações realizadas, foi apresentado relatório pelo TCPA que não apontou irregularidades e ainda concluiu pela excelência do Portal da Transparência do MPPA, pois tem todas os dados exigidos pela Lei de Acesso à Informação. Disse que as afirmações feitas na Ação têm a intenção de não apenas prejudicar a Administração, mas ao Ministério Público como um todo, pois constriam um número significativo de Promotores de Justiça, por conta de serem os destinatários do pagamento das acumulações e diárias questionadas na Ação ajuizada, mesmo elas sendo

legítimas e corretas. Aproveitou para se solidarizar com a Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento, Subprocuradora-Geral para área Jurídico-Institucional, que define os locais da onde os servidores irão acumular. Esclareceu, por fim, que são inverídicas as postagens em redes sociais sobre a vulnerabilidade do sistema de votações do Ministério Público, sendo que tal sistema é criptografado e auditável o que impossibilita qualquer tipo de manipulação. Após, o Procurador-Geral de Justiça finalizou agradecendo a equipe técnica, aos servidores da Secretaria do CSMP e em especial ao Conselheiro Secretário, Dr. Waldir Macieira da Costa Filho, que se empenhou muito para que a sessão fosse tão exitosa. Por fim, o PGJ encerrou a sessão.

Nada mais foi deliberado.

Belém-PA, 22 de maio de 2020.

WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

EDITAL 28/2020-CSMP

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 62 e 63 da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), combinados com o art. 88, §§ 1º, 2º, e art. 98, caput, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), e

CONSIDERANDO a edição da Lei Complementar nº 123, de 27/06/2019, publicada no DOE de 28/06/2019, que altera dispositivos da LCE nº 057/2006 e acrescentou o § 6º ao art. 98: "a remoção voluntária dar-se-á unicamente pelo critério de antiguidade";

CONSIDERANDO que o último cargo disponibilizado para promoção à 3ª Entrância (3º PJ Com Atribuições Gerais de Belém) foi pelo critério de antiguidade;

FAZ SABER aos Promotores de Justiça de 3ª e 2ª entrâncias que se encontra aberta, pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste Edital no Diário Oficial do Estado, nos termos do art. 41 do Regimento Interno do CSMP[1], a inscrição para provimento do cargo abaixo descrito, por REMOÇÃO ou PROMOÇÃO, cujo pedido deverá ser apresentado pelo interessado por um dos meios previstos no art. 56, § 2º, do Regimento Interno do Conselho Superior.

CARGO	MOVIMENTAÇÃO	CRITÉRIO
7º PJ COM ATRIBUIÇÕES GERAIS DE BELÉM	REMOÇÃO	ANTIGUIDADE
	PROMOÇÃO	MERECIMENTO

Belém-PA, 25 de maio de 2020.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior

EDITAL 29/2020-CSMP

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 62 e 63 da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), combinados com o art. 88, §§ 1º, 2º, e art. 98, caput, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), e

CONSIDERANDO a edição da Lei Complementar nº 123, de 27/06/2019, publicada no DOE de 28/06/2019, que altera dispositivos da LCE nº 057/2006 e acrescentou o § 6º ao art. 98: "a remoção voluntária dar-se-á unicamente pelo critério de antiguidade";

FAZ SABER aos Promotores de Justiça de 3ª entrância que se encontra aberta, pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste Edital no Diário Oficial do Estado, nos termos do art. 41 do Regimento Interno do CSMP[1], a inscrição para provimento do cargo abaixo descrito, por REMOÇÃO, cujo pedido deverá ser apresentado pelo interessado por um dos meios previstos no art. 56, § 2º, do Regimento Interno do Conselho Superior.

CARGO	MOVIMENTAÇÃO	CRITÉRIO
2º PJ DE REGISTROS PÚBLICOS, RESÍDUOS, CASAMENTOS E CARTAS PRECATÓRIAS DE BELÉM	REMOÇÃO	ANTIGUIDADE

Belém-PA, 25 de maio de 2020.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior

EDITAL 30/2020-CSMP

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 62 e 63 da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), combinados com o art. 88, §§ 1º, 2º, e art. 98, caput, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), e

CONSIDERANDO a edição da Lei Complementar nº 123, de 27/06/2019, publicada no DOE de 28/06/2019, que altera dispositivos da LCE nº 057/2006 e acrescentou o § 6º ao art. 98: "a remoção voluntária dar-se-á unicamente pelo critério de antiguidade";

FAZ SABER aos Promotores de Justiça de 2ª entrância que se encontra aberta, pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste Edital no Diário Oficial do Estado, nos termos do art. 41 do Regimento Interno do CSMP[1], a inscrição para provimento do cargo abaixo descrito, por REMOÇÃO, cujo pedido deverá ser apresentado pelo interessado por um dos meios previstos no art. 56, § 2º, do Regimento Interno do Conselho Superior.